

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.818.983 - SP (2019/0027210-9)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
EMBARGANTE : PRISCILA VOMERO MANARA BATISTA
ADVOGADOS : JOSÉ ALVES BATISTA NETO - SP111165
CAIO FERNANDO BATISTA - SP319611
EMBARGADO : UNIMED REGIONAL DA BAIXA MOGIANA
COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADOS : JEBER JUABRE JUNIOR - SP122143
JOÃO PAULO JUNQUEIRA E SILVA - SP136837
JUCILENE SANTOS - SP362531

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OBSCURIDADE/CONTRADIÇÃO QUANTO AO ÔNUS SUCUMBENCIAL FIXADO NA DECISÃO EMBARGADA. OCORRÊNCIA. ACOLHIMENTO PARA ESCLARECIMENTO. NECESSIDADE. RESTABELECIMENTO DO PATAMAR FIXADO NA SENTENÇA. MAJORAÇÃO DOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO EM CASO DE PROVIMENTO DO RECURSO. PRECEDENTES. EMBARGOS DECLARATÓRIOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por PRISCILA VOMERO MANARA BATISTA contra decisão monocrática assim ementada:

"RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA. TRATAMENTO. DANOS MORAIS. INDEVIDA NEGATIVA DE COBERTURA. CABIMENTO. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO." (e-STJ fl. 252).

Em suas razões, a embargante aponta obscuridades e contradições. Esclarece que:

"[...] na instância anterior, houve sucumbência recíproca e fixação do montante de honorários sucumbenciais em valor equivalente a R\$ 1.100,00 para cada parte ex adversa, valor este arbitrado por equidade, tendo em vista a condenação reduzida.

Com efeito, tendo havido sucumbência recíproca na instância

Superior Tribunal de Justiça

anterior, a decisão ora embargado foi obscura/contraditória ao falar em inversão da sucumbência.

Além disso, ante a atuação nesta instância superior, não havendo que se cogitar inversão da sucumbência, de rigor que tivesse havido a majoração dos honorários sucumbenciais, o que não foi fixado. Eis a singela omissão ocorrida, que decorreu da obscuridade/contradição citada acima: a falta de majoração dos honorários de sucumbência.

Ademais, tendo em vista a procedência do pedido recursal de fixação dos danos morais, formulado no importe de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), a condenação deixou de ser demasiado reduzida, não havendo razão para manutenção da condenação em honorários de sucumbência por equidade." (e-STJ 262, grifei).

Assim, requer o acolhimento dos embargos.

Impugnação às e-STJ fls. 267/271.

É o relatório.

Passo a decidir.

Os embargos declaratórios merecem parcial acolhida.

Com efeito, em razão da reforma do acórdão, restabeleço o ônus sucumbencial fixado na sentença: "Ante a sucumbência, condeno a ré no pagamento de custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% do valor da condenação (danos morais e morais)." (e-STJ fl. 140).

Acerca da pretensão de majoração dos honorários advocatícios, tenho que a majoração da verba honorária sucumbencial recursal, prevista no art. 85, § 11, do CPC/2015, pressupõe a existência cumulativa dos seguintes requisitos: a) decisão recorrida publicada a partir de 18.03.2016, data de entrada em vigor do novo Código de Processo Civil; b) recurso não conhecido integralmente ou não provido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; e c) condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso.

Na presente hipótese, houve o provimento do recurso especial, motivo pelo qual descabe a majoração da verba sucumbencial.

Nesse sentido: **AgInt no AREsp 1349182/RJ, Rei. Ministro MOURA**

Superior Tribunal de Justiça

RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/06/2019, DJe 12/06/2019; Aglnt no AREsp 1328067/ES, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09/05/2019, DJe 06/06/2019; Aglnt no AREsp 1310670/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 30/05/2019, DJe 03/06/2019; REsp 1804904/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/05/2019, DJe 30/05/2019; EDcl no Aglnt no AREsp 1342474/MS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 11/04/2019, DJe 08/05/2019; Aglnt nos EDcl no REsp 1745960/MS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 02/04/2019, DJe 08/04/2019.

Ante o exposto, acolho parcialmente os embargos de declaração nos termos da fundamentação.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator